

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

Relatório da audiência do Observatório da Emigração, no quadro da Resolução da Assembleia da República nº 87/2014, de 29 de outubro, "Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade"

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas, Relatora, deu início à audiência começando por agradecer a disponibilidade do Sr. Professor Rui Pena Pires e da Sr.ª Dr.ª Cláudia Pereira para participarem em representação do Observatório da Emigração no processo de consultas que a Assembleia da República está a promover no quadro da Resolução n.º 87/2014 que recomenda que *as comissões parlamentares permanentes, no prazo de 90 dias, apresentem relatórios que integrem orientações estratégicas, bem como uma definição de medidas setoriais concretas, promovendo, se possível, um quadro de compromisso que envolva as forças políticas representadas no Parlamento, com vista à adoção de políticas públicas para a promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias.* Entre outras entidades, deliberou a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas ouvir o Observatório da Emigração.

O Sr. Professor Rui Pires começou por referir que as questões da promoção da natalidade, proteção das crianças e o apoio às famílias não são tratadas diretamente pelo Observatório, embora os fluxos migratórios se repercutam na natalidade. Em Portugal, atualmente, assiste-se a uma redução significativa da imigração ao contrário da emigração que tem subido significativamente. Temos cerca de 100 mil saídas por ano embora seja possível que não correspondam totalmente a saídas porque alguns regressam. Por isso há inevitavelmente uma diminuição da natalidade. Acresce que a emigração deixou de ser sobretudo masculina, havendo até alguns destinos para os quais a emigração é essencialmente feminina. A grande diferença relativamente ao fluxo migratório dos anos 60 é que não é expectável que o atual seja compensado. Entre 1974 e 2014 tivemos tantos emigrantes como retornados nos anos 70. A única forma de haver compensação será através da retoma da imigração, que num quadro de crescimento económico é mais provável que aconteça do que o regresso de emigrantes. Concluiu referindo que nem toda a emigração se explica pelo desemprego, parte significativa explica-se pelas hipóteses de carreira e pelos vencimentos.

A Sr.ª Dr.ª Cláudia Pereira exemplificou com a situação dos enfermeiros que, nalguns casos têm emprego, mas optam por emigrar pelas condições laborais que são oferecidas e também pelo acesso a escolas para os filhos.

A Sr.ª Deputada Carina Oliveira (PSD) salientou a importância da proteção das crianças e das famílias que emigram. Destacou a importância das políticas internas das

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

empresas nesta matéria e exemplificou com uma empresa que nas situações de destacamento de trabalhadores promove e apoia o acompanhamento da respetiva família. Considerou também fundamental o apoio em termos de integração escolar dado às crianças e jovens, filhos de imigrantes, nos países de destino e perguntou se tinham alguns exemplos ou casos concretos que pudessem indicar.

A Sr.^a Deputada Maria de Belém (PS) começou por referir que o fenómeno migratório não é homogéneo. Destacou o problema dos jovens que se vêm obrigados a sair do país e referiu um estudo que indicava como razão para os casais não terem filhos ou não terem mais filhos, a insegurança quanto ao futuro. Importa dar segurança e estabilidade aos casais para que assumam o projeto a longo prazo que representa ter um filho. Falou ainda no apoio dado nalguns países a imigrantes qualificados e concluiu considerando que precisamos de uma perspetiva mais abrangente e sobretudo de mais emprego e mais apoios.

A Sr.^a Deputada Carla Cruz (PCP) disse que estava de acordo com o que os representantes do Observatório disseram sobre o fenómeno migratório e a repercussão na natalidade, mas não é um elemento fundamental. As condições económicas e sociais são o fator determinante para as pessoas decidirem ou não ter filhos. Lembrou ainda que hoje também sai gente de Portugal com profissões não qualificadas e que também faz falta ao país.

O Sr. Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) referiu que a conjuntura económica é um problema nacional mas também mais geral. Disse ainda que o Estado tem o dever de eliminar alguns obstáculos mas importa ter presente que a decisão de ter filhos depende também de uma opção pessoal e que se ter filhos não integrar o projeto de vida não é por estarem as condições asseguradas que tal opção é tomada.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) começou por referir que o fenómeno migratório pode ser devastador para a economia e para a sustentabilidade do país. Considerou ainda fundamental que haja capacidade de identificar os fatores e condicionantes do défice demográfico, e se para tal concorrem os fluxos migratórios, importa atender a outros fatores como a desertificação do interior e as assimetrias regionais.

O Sr. Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD) disse que o défice demográfico não é um problema recente e lembrou que é um problema partilhado com outros países. Quanto aos fluxos migratórios, também não são recentes mas há um elemento novo, o regresso. Fatores novos em sede de fluxos migratórios são a componente feminina e urbana. Lembrou que estamos num espaço europeu global e que há muitos casamentos mistos. Quando se vive com alguém e se tem filhos no estrangeiro, o regresso fica muito condicionado.

O Sr. Professor Rui Pires disse que a principal explicação para a baixa da natalidade não é exclusivamente económica e referiu que a variável mais determinante para esta

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

questão é a formação mais avançada das mulheres. Mesmo a sua integração no mercado de trabalho pode não ser tão determinante. A componente dos fluxos migratórios tem, no entanto, ganho cada vez maior importância. O Japão tem uma quebra significativa de natalidade e uma estagnação ou mesmo redução do PIB e é dos países com menores fluxos migratórios. No nosso país, a emigração tem crescido desde a integração europeia mas nos primeiros anos de crise até baixou. Desde 2010 voltou a crescer a um ritmo mais elevado. O saldo é negativo mas não temos dados exatos até porque não temos dados sobre a saída de portugueses mas apenas de entradas noutros países. Temos um saldo migratório muito negativo porque não temos um número significativo de imigrantes, ao contrário dos ingleses que têm praticamente tantos emigrantes como Portugal, mas apresentam um saldo positivo porque é compensado pelo número de imigrantes. Associar demografia e fluxos migratórios implica ponderar outras questões como a nacionalidade, permitindo que os imigrantes adquiram a nacionalidade e deixem de ser migrantes. Não temos dados sobre a natalidade dos emigrantes, mas apenas sobre casamentos e naturalização que estão a crescer. Concluiu referindo que a emigração portuguesa é fortemente condicionada pelas políticas de emigração adotadas por outros países.

A Sr.ª Dr.ª Cláudia Pereira usou da palavra para citar algumas boas práticas no Reino Unido, designadamente o facto de o português ter sido introduzido nalgumas escolas, o que poderia ser também equacionado em Portugal. Lamentou, no entanto, que estas aulas sejam apenas de formação muito inicial. Entrevistou portugueses que emigraram para o Reino Unido e que indicaram como fator decisivo o terem apoio para crianças com deficiências ou disporem de amas que dão apoio pós escolar. Foi também referido o facto de haver uma cultura de trabalho em *part time*. Os fatores decisivos indicados são apoios à família e não apoios monetários diretos. Referiu ainda, a concluir, que muitos portugueses referem que não voltam por falta de uma cultura de meritocracia.

A Sr.ª Deputada Maria Ester Vargas reiterou os agradecimentos pela disponibilidade manifestada e pelos contributos para o debate em curso nas comissões parlamentares.

Palácio de São Bento, 7 de janeiro de 2015.

A Sr.ª Deputada Relatora

(Maria Ester Vargas)